

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA,  
REALIZADA NO DIA SETE DE  
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E  
QUATRO / SEXAGÉSIMA SEGUNDA  
REUNIÃO DE CÂMARA DO MANDATO  
2021/2025.**

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, na Sala de reuniões do Edifício Alexandre Herculano, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá  
Vereadores: José Gabriel Paixão Calixto  
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim  
Alexandre Manuel Rosa Varela  
João Leocádio Correia Ricardo  
Florbela da Luz Descalço Fernandes  
Patrícia José Correia Raposinho

A reunião foi presidida por, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

## **I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Ao iniciar a reunião o **senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários e público presente e informou que a senhora Vereadora José Lurdes Nico não iria estar presente na reunião, mas fazia-se substituir pelo senhor Vereador João Ricardo. Neste sentido, solicitou a justificação da respetiva falta a qual, por consenso de todos os Eleitos, foi devidamente justificada.

De seguida, perguntou se havia alguma questão sobre a Ordem do Dia. Não havendo sugestões deu continuidade à reunião.

### **A). - Proposta de aprovação da ata número 23 de 22/11/2023.**

Tendo o texto da ata sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi deliberada a dispensa da sua leitura, nos termos do disposto no Artigo quarto do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três. A referida ata foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na sua deliberação o **senhor Vereador João Ricardo**, por não ter estado presente na reunião a que ela respeita, nos termos do nº 3 do artigo 34º do Novo Código Procedimento Administrativo (NCPA) aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro.



## **B). – Segurança na Cidade Évora.**

**O senhor Presidente** fez a seguinte Declaração sobre Questões de Segurança em Évora:

*Nas últimas semanas têm vindo a aumentar situações de insegurança na cidade, nalguns casos configurando ações passíveis de ser classificadas como crimes: indícios de eventuais práticas de tráfico e exploração de imigrantes, roubos, abordagens intimidatórias ou mesmo agressivas a cidadãos, ocupações ilegais de edifícios devolutos e de terrenos privados, destruição de propaganda política, ameaças e pichagens de grupos de extrema direita e fascistas. Estas situações, ainda que pontuais, têm feito crescer a sensação de insegurança em sectores da população e em certas zonas da cidade.*

*Estas e outras questões relacionadas com a segurança foram abordadas pelo Presidente da Câmara em reuniões e contactos com o Comandante da PSP e, também, na reunião do Conselho Municipal de Segurança, realizada no passado dia 29 de janeiro. Nessa reunião, as forças de segurança apresentaram os dados da criminalidade no concelho de Évora, confirmando que os índices de criminalidade registados são baixos e dos mais baixos do país.*

*Contudo, e porque se pretende que a criminalidade se mantenha a níveis baixos, foram analisados casos ocorridos, previsões de evolução das condições e causas que potenciam a criminalidade e, em particular, as ações já efetivadas, em curso ou que podem ser necessárias para o futuro. A PSP informou que tem vindo atuar nestas várias situações e que tem reforçado a presença de agentes na rua e nos locais mais problemáticos.*

*Consideramos e apelamos a que:*

- *Seja reforçado o policiamento de proximidade, em particular, no Centro Histórico e em zonas mais sensíveis da cidade;*
- *Seja reforçada a cooperação entre as várias entidades de modo a que, assegurando-se o cumprimento da lei, para a reposição da legalidade quanto a ocupações indevidas de edifícios e terrenos privados, sendo decisiva a participação dos proprietários, bem como ações eficazes de combate às práticas ilícitas e que põem em causa a tranquilidade dos cidadãos e empresas;*
- *Sejam denunciados e combatidos atos de ódio, racismo e xenofobia e outras ações que atentem contra os direitos das populações e a própria democracia.*

*A Câmara Municipal de Évora continuará a acompanhar a situação de segurança na cidade e no concelho, avaliará e dará seguimento a denúncias fundamentadas, reforçará a cooperação com as forças de segurança e com outras entidades, nomeadamente no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, participará e bater-se-á para que sejam asseguradas ações eficazes na reposição da legalidade e na salvaguarda da segurança.*

**O senhor Presidente** informou ainda que na reunião do Conselho Municipal de Segurança estas questões foram abordadas pelas instituições presentes, bem como o balanço da atividade durante o ano de 2022 que, confirma, em termos globais que os níveis de criminalidade são muito baixos, ainda assim há alguns tipos de crime que têm aumentado, facto que foi também objeto de análise nessa reunião, bem como as questões ligadas com a imigração.

Evidentemente que continuarão a acompanhar e a fazer todos os esforços para que estas situações, possam ter uma boa resposta, por forma a que os níveis de criminalidade no Concelho se mantenham ainda mais baixos.

**O Senhor Vereador José Calixto** destacou que é igualmente importante o papel ativo da Câmara Municipal, nomeadamente através dos seus serviços de Fiscalização e Proteção Civil, que devem manter uma colaboração institucional estreita com as forças de segurança. Salientou ainda, ser fundamental que a própria Autarquia tenha um papel ativo, no âmbito das suas competências, para assegurar a tranquilidade e o respeito integral pelo cumprimento da Lei de uma forma que transmita a todos os Municípes uma sensação de efetiva segurança.



**A senhora Vereadora Florbela Fernandes** agradeceu a informação dada pelo senhor Presidente e também partilha daquilo que foi identificado no diagnóstico. Ainda assim, os focos de violência começam a preocupar, porque são situações muito visíveis para a população e isso interfere naquilo que é a noção de segurança na comunidade em geral.

Subscreveu na íntegra a declaração do senhor Presidente, no entanto gostava de perceber melhor como é que alvitram conseguir reforço de policiamento de proximidade tendo em conta que a informação que sempre lhes chegou é que existem poucos efetivos nas forças de segurança.

Sobre a questão do ruído e dos pequenos vandalismos em equipamentos urbanos, acha que têm que visitar o regulamento, nomeadamente no que diz respeito ao Centro Histórico, na sua opinião têm que ser mais eficazes no que diz respeito à resposta a dar aos munícipes relativamente às queixas que são apresentadas, ainda que reconheça que já fizeram alguns progressos, pese embora haver ainda caminho a fazer, que na sua opinião, podia ser feito também com a ajuda do CRI-Centro de Respostas Integradas, que tem muito trabalho feito, nomeadamente, na área da prevenção com os jovens.

**A senhora Vereadora Patrícia Raposinho** começou por dizer que o PSD há muito que tem vindo a alertar para estes indícios de clima de insegurança no Centro Histórico, que começam, também, a ter nichos nos bairros, portanto, já se devia ter atuado mais cedo e não só agora que existem proporções um pouco mais elevadas é que vão trabalhar de uma forma mais consistente.

Reforçou a questão da senhora Vereadora Florbela, no sentido de perceber como preveem um reforço de policiamento porque na última reunião com a PSP, foi dito que havia um problema com o número de efetivos e, por isso mesmo o policiamento teria que ser feito em circuitos estratégicos, precisamente por não haver a possibilidade de presença efetiva de agentes em todo o lado.

Depois, diretamente ligado a este problema está a questão da fraca iluminação no Centro Histórico, que leva a um efeito de ambiente de insegurança. Bem sabe, que está em curso uma reformulação do sistema de iluminação, mas a que existe atualmente não é a mais desejável, e seja onde for, zonas mais escuras facilitam situações de insegurança

**O senhor Presidente** referiu que a declaração que fez tem a ver, exatamente, com esta perceção de uma maior insegurança, tendo salientando que a colaboração entre a Câmara e as forças de segurança tem sido muito próxima, permanente e eficaz.

Relativamente às ocupações indevidas em espaço público, a fiscalização da Câmara muitas vezes em colaboração com a PSP, atua de uma forma coesa, mas em alguns casos a eficácia não é aquela que se quer, devido aos procedimentos legais demorados que têm que ser cumpridos.

Informou ainda, que o setor da fiscalização foi reforçado e continuará a sê-lo porque há áreas difíceis, nomeadamente a do ruído quando têm que fazer prova com medições para serem aceites em tribunal. Ainda assim, podia dizer que esta fiscalização já levou a encerramentos e reduções de horários e estão em curso investigações relativamente a alguns estabelecimentos que, sistematicamente, perturbam a vizinhança.

Quanto ao reforço de policiamento, como os níveis de criminalidade em Évora são relativamente baixos, comparativamente a outras zonas do País, o senhor comandante da PSP tem-lhe transmitido que por esse motivo o reforço de efetivos para Évora é sempre pouco, ainda assim é garantido algum policiamento a incidir nas zonas mais sensíveis e em particular no Centro Histórico.

Concluiu reafirmando que considera o reforço do policiamento de proximidade, com presença regular nas ruas, essencial para precaver e combater a insegurança.



### **C). – Insalubridade do Lago da Malagueira.**

**O senhor Presidente** referiu que foram surpreendidos por uma situação de insalubridade no Lago da Malagueira que, pela intempérie do dia 19 de janeiro, fez entrar em carga um coletor de águas residuais da responsabilidade da empresa Águas do Vale do Tejo. Situação que foi de imediato relatada, pela CME e por si, à empresa e, desde logo foram tomadas, pela Câmara, todas as medidas para resolver este problema.

**A senhora Vereadora Florbela Fernandes** referiu que este problema já aconteceu uma outra vez, o que do ponto de vista ambiental são sempre situações indesejáveis, pelo que queria saber se a empresa se disponibilizou para resolver o problema por forma a seja resolvido de vez.

**O senhor Presidente** referiu que, em 2019, tinha acontecido uma situação semelhante e desde aí não voltou a acontecer. Desta vez, aparentemente, foi uma descarga accidental porque a conduta entrou em sobrecarga, mas, naturalmente, os técnicos estão a avaliar a situação para que não se repita no futuro.

O projeto da Malagueira foi concebido numa altura em que a pluviosidade era bem diferente e a água das piscinas era aproveitada para o Lago, mas ao longo dos anos estes dois fatores foram-se alterando e hoje é mais difícil manter os níveis de água no Lago.

**O senhor Vereador José Calixto** perguntou se a conduta sendo de efluentes domésticos, estava diretamente ligada para a linha de água.

**O senhor Vereador Alexandre Varela** disse que não, no entanto como o Lago está a montante da linha de água, acabou por descarregar para lá.

**O senhor Vereador José Calixto** referiu que devem tomar este incidente como aviso porque se voltou a acontecer é porque não ficou resolvido no passado, e a Câmara Municipal tem que resolver isto de uma vez por todas, porque as características deste tipo de ocorrências correspondem a um crime ambiental.

### **D). – Inauguração do Centro de Convívio do Bairro de Santo António.**

**O senhor Presidente** deu conhecimento da recente inauguração do Centro de Convívio do Bairro de Santo António, que durante muitos anos teve a obra parada e abandonada. O investimento foi de € 400.000, participado por fundos comunitários numa taxa real de cerca de 70%. Como compromisso assumido, o Centro será gerido pela Associação de Reformados do Bairro de Stº António que tem tido uma atividade notável de apoio aos reformados e população do Bairro. Finalmente foi possível recuperar o edifício e pô-lo à disposição da população com um conjunto de valências, que poderão ser utilizadas por toda a população do Bairro de Santo António.

### **E). – Programa de Carnaval.**

**O senhor Presidente** deu nota dos festejos do Carnaval que este ano vão estar sob o tema “50 anos do 25 de Abril – A Liberdade”, que como é habitual começa com o desfile das escolas, onde vão participar cerca de 2 mil crianças e educadores das diversas instituições.

Nos bairros com as várias associações vão acontecer variadíssimas animações, nomeadamente as “Brincas” e as “Charangas” que vão voltar ao Centro Histórico e à cidade, animação que não acontecia em Évora há alguns anos e que em tempos foi uma grande tradição nesta época. Por



fim na noite de dia 12, realizar-se-á o Baile de Carnaval, uma novidade que convida as pessoas a divertirem-se num baile tradicional com máscaras.

**A senhora Vereadora Florbela Fernandes** começou por felicitar a Câmara por este programa que lhe parece muito bom.

O desfile das escolas já é um histórico, e ainda bem que a Câmara continua a apoiar o Baile de Máscaras é uma novidade recente, mas antigamente também se fazia e, de facto, é uma iniciativa que os idosos e toda a comunidade gosta. Destacou a questão das Brincas por ser uma animação muito característica e específica de Évora, que a distingue de outros carnavais.

Ainda neste contexto, a **senhora Vereadora** deixou um repto ao senhor Presidente para que, através dos serviços que trabalham o património imaterial, possam pensar num projeto para afirmar e realçar aquilo que é característico e, Évora tem isso com as “Brincas”.

**O senhor Presidente** ainda sobre as “Brincas”, referiu que têm sido objeto, ao longo dos anos, por parte da Câmara, de uma particular atenção e apoio, tendo destacado o papel que o Dr. Rui Arimateia tem tido a esse nível, e também por isso hoje existe um espólio marcante bem característico de Évora, como bem disse a senhora Vereadora. Infelizmente só há um grupo de “Brincas” em Évora, porque de facto não é fácil manter uma tradição com estas características, pese embora terem sido feitos vários esforços a esse nível.

#### **F). – Inauguração da Ludoteca.**

**O senhor Vereador Alexandre Varela** deu conhecimento da inauguração da Ludoteca no próximo dia 17 de fevereiro, com um conjunto de iniciativas direcionadas para os mais jovens.

A Ludoteca teve um investimento que está estimado em cerca de 350 mil euros, obviamente feito a pensar nas crianças e famílias, e irá funcionar num horário alargado precisamente para abranger todos esses interesses.

Aproveitou, desde logo, para deixar um convite a todos os presentes, para estarem nesta inauguração.

#### **G). – Vereador José Calixto / Vários Assuntos.**

Dando continuidade ao período de antes da ordem do dia, o senhor **Vereador José Calixto** iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores vereadores, todos os trabalhadores municipais, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

De seguida, o **senhor Vereador José Calixto** referiu-se a vários assuntos nomeadamente:

- **As opções para o novo Pavilhão Multiusos de Évora**, referiu-se ao projeto do Pavilhão Multiusos, que considerou muito importante para a cidade de Évora; concretizou que a sua execução está planeada para o período 2023 a 2026 e tem um orçamento estimado de 12 milhões de euros. Da sua execução deve resultar uma solução final absolutamente exemplar e qualificada; mais referiu que com esta obra devemos acrescentar património ao extraordinário património já existente; deverá ser escolhida uma proposta à altura da cidade de Évora. Por tudo o que deixou dito, questionou, com preocupação, o Senhor Presidente sobre se o fator único de decisão é o preço uma vez que a opção da Autarquia foi o concurso conceção-construção por já não haver tempo para adjudicar separadamente o projeto desta obra marcante de Évora. Mais, considerou que todo o executivo municipal deve ser devidamente informado sobre o andamento deste processo.

- **Problemas Plano Local de Habitação – novo reforço do pedido de prestação de informação sobre a evolução dos processos de apoios do 1º Direito**, solicitou, uma vez mais,



que passe a ser prestada, mensalmente, à Câmara Municipal, informação agregada sobre a evolução da entrada e seguimento destes processos particulares de requalificações habitacionais, no âmbito do 1º Direito. Referiu que tem vindo a pedir esta informação ao longo dos últimos seis meses.

Mais voltou a solicitar que essa informação mensal passe a ter o seguinte formato:

Mês	Número de Processos Entrados Em	Em acompanhamento técnico e social	Com Candidatura IRHU aprovada	Com Alvará de Obras emitido	Com obras iniciadas	CONCLUIDOS
Jan						
Fev						
Mar						
Abr						
Mai						
Jun						
Jul						
Ago						
Set						
Out						
Nov						
Dec						
<b>TOTAIS</b>						

Terminou a sua intervenção voltando a destacar que esta informação é fundamental para o acompanhamento de todos os Municípios com pedidos deste tipo de apoio, no sentido de que os mesmos concretizem, de facto, os projetos a que se candidatam. Esta informação já tinha sido prometida pelo Senhor Presidente desde o final do passado mês de agosto, conforme a competente ata, já publicada.

• **Atrasos intervenção do Arq. Miguel Lima na RPC de 20 de dezembro de 2023**, recordou a intervenção do arquiteto Miguel Lima feita na reunião de Câmara de 20 de dezembro de 2023 sobre um conjunto de processos, alguns já tinham sido antecipadamente colocados em reunião de Câmara várias vezes; em relação a esta intervenção ficou de haver uma reunião, certamente muito esclarecedora e produtiva, entre o senhor Presidente e o arquiteto Miguel Lima, que sabe ainda não ter acontecido, o que na sua opinião é mau para os processos que foram ali transmitidos, nomeadamente alguns em que foi proposta a sindicância aos mesmos, devido a todo o historial que foi apresentado e fundamentado.

• **Resultados da discussão pública da alteração ao PDM do concelho de Évora**, neste ponto foi solicitado pelos Vereadores eleitos pelo PS que fossem informados sobre as participações que se verificaram neste processo em sede de discussão pública, e se os vereadores podem ter acesso às mesmas.

O **senhor Presidente** sobre este assunto referiu que seria melhor, logo que estivesse feito o relatório preliminar, poderem reunir para uma abordagem prévia.

O **senhor Vereador José Calixto** prosseguiu, solicitando informação sobre os seguintes processos de gestão urbanística:

• **Processo n.º 1.2816, de João Mendes Godinho**, o munícipe adquiriu uma casa na União de Freguesias Nossa Senhora da Saúde e Bacelo e em consequência fez obras para as quais solicitou o necessário licenciamento à CME.

Concluídas as obras e depois de algumas exigências sem sentido, mas que foram executadas, o munícipe procedeu à instalação de painéis solares no telhado da casa.



Foi então surpreendido pela exigência da CME de que deveria retirar os painéis solares e realocizá-los porque como estão, ficam feios e são visíveis (“Enquanto esta exigência não for cumprida, não será emitida a licença de habitação”)

Acrescenta-se que esta exigência tem um custo direto associado de aproximadamente 1.000 euros e que a alternativa proposta pelo técnico (os painéis ficariam virados a Norte) diminuem em cerca de 80% a eficiência dos painéis na produção de energia renovável o que torna o investimento totalmente inviável e irracional.

• **Processo n.º 2.3732 e 1.17716, no Bairro de São José da Ponte**, referiu que passaram mais duas semanas sem qualquer desenvolvimento neste processo. Assim, novamente solicitar um ponto de situação e um novo apelo à sua resolução.

Sobre o processo 1.2816 relativo a uma questão de colocação de painéis solares numa habitação, que os serviços não lhe encontram sentido estético, pelo menos foi isso que foi transmitido o que é algo difícil de entender. Neste contexto solicitou mais informação sobre o que realmente se passa com este processo.

• **Atrasos reiterados nos pagamentos relativos aos investimentos das Associações Desportivas, executados em 2022 e 2023**, anuiu o seu conhecimento sobre o facto de terem sido feitos alguns pagamentos nesse dia, ainda assim referiu que esta questão tem sido ali colocada de forma reiterada e continuam em dívida nalguns clubes dezenas de milhares de euros dos anos de 2022 e 2023 naquilo que tem que ver com apoio a infraestruturas e investimento em equipamentos.

Portanto mais uma vez deixar reiterado aquilo que lhe tem sido transmitido pelos clubes de que estão a passar por uma agonia financeira e graves problemas de tesouraria. Assim renovar o pedido de esclarecimento sobre a planificação de pagamentos aos clubes.

• **Ponto de situação das negociações com a IP relativamente aos acessos rodoviários e outras infraestruturas na zona da Garraia**, afirmou a importância de perceberem qual a evolução na negociação com a IP, relativamente aos acessos à zona da Garraia; existe um conjunto de dúvidas dos moradores por não terem esclarecimentos, aparentemente por ausência da resposta da IP, mas gostaria que o senhor Presidente desse mais algum esclarecimento sobre esta situação.

• **Disponibilização de lotes municipais, por utilizar há décadas, para autoconstrução ou construção municipal a custos controlados**, questionou se era possível terem informação dos lotes habitacionais propriedade da Câmara, nas várias freguesias do concelho e quais os que estão disponíveis no sentido de, com toda a transparência, pressionarem a sua colocação no mercado e à disposição dos munícipes.

Uma dessas situações que têm documentada é em São Vicente do Pigeiro de um loteamento com cerca de uma dezena de lotes, alguns dos quais ainda, e quase há duas décadas, em posse da Câmara e, portanto qual é a perspectiva de poderem ser postos num procedimento público à disposição dos munícipes bem como todos os outros que poderão existir noutras freguesias e que continuam na posse da câmara, sem haver qualquer tipo de operação Urbanística, que crie habitação sempre que possível naturalmente a custos controlados.

• **Disponibilização aos Vereadores do Programa Funcional da Requalificação da Escola Secundária André de Gouveia**, continuam também sem resposta sobre o programa funcional da requalificação da Escola Secundária André de Gouveia, que ficou prometido ser facultado e ainda não o têm em sua posse.

**O senhor Presidente** começou por responder relativamente ao Pavilhão Multiusos e referiu que o estudo em curso permitirá fazer o lançamento do concurso de conceção / construção, não sabendo ainda exatamente para quando a entrega desse documento.

**O senhor Vereador Henrique Sim-Sim** solicitou ao senhor Presidente se podia descrever um pouco melhor o que está a ser desenvolvido pelos serviços do município, sobre este assunto.



Questionou também se os Agentes Desportivos e Culturais do Concelho já tinham sido ouvidos sobre este assunto.

**O senhor Presidente** informou que a equipa da Câmara elaborou o programa para o Pavilhão Multiusos depois de uma recolha de vários elementos e dados do nosso concelho e experiências de outras cidades que têm este tipo de equipamentos, nomeadamente nas áreas da Cultura e do Desporto, e posteriormente foi entregue a uma equipa de arquitetos, que foram contratados, no sentido de se definir os requisitos para o futuro concurso de conceção/construção de forma a que o preço não seja a variável determinante, tentando assim garantir-se um equilíbrio entre a qualidade arquitetónica e o preço.

Afirmou que, sendo um Multiusos, é necessário compatibilizar usos culturais, desportivos e outros e não preparar o espaço para apenas um uso específico.

Depois deste documento concluído, será incluído no programa de concurso e no caderno de encargos e em simultâneo será feito o projeto de conceção e a construção, ganhando-se assim algum tempo.

Contudo, referiu que o atual Governo se tinha comprometido com o financiamento deste Pavilhão Multiusos, mas até ao momento ainda não disseram qual será a fonte de financiamento para esta obra, pese embora a senhora Ministra ter referido, à data, que provavelmente seria no âmbito do PT 2030.

**O senhor Vereador José Calixto** mencionou que neste processo, os Vereadores apenas foram consultados para se pronunciar sobre a localização desta infraestrutura municipal e, espera agora, poderem participar ativamente na avaliação do projeto final, para o qual ainda não lhes foi permitido dar nenhum contributo. Mais considerou que, se houvesse um debate transparente entre todos, com certeza possibilitava uma solução final diferente e mais valiosa para o futuro da cidade. Os Vereadores eleitos pelo PS estão igualmente preocupados, porque já não resta muito tempo para acabar o prazo limite para se iniciar este processo; questionou de seguida quando é que o senhor Presidente tenciona permitir aos restantes Vereadores a apresentação dos seus contributos a este projeto.

**O senhor Presidente** afirmou que há todas as condições para puderem apresentar um documento que permita fazer essa avaliação, para darem os contributos que entenderem, e depois com base naquilo que considerarem importante acrescentar ao documento e só depois efetuarem o lançamento do concurso.

**O senhor Presidente** relativamente ao Plano Local de Habitação referiu que podia desde logo adiantar que já existe um valor substancial candidatado. No entanto toda essa informação irá sendo apresentada de uma forma mais concreta em próximas reuniões de Câmara, e nessa altura dará todas as explicações com base numa informação devidamente documentada e com aquilo que serão as propostas, para serem apreciadas e discutidas previamente a haver uma deliberação formal da Câmara. Lembrou que estão a ser preparadas um conjunto vasto de candidaturas a apresentar até final de março pelo que o trabalho da Unidade de Habitação e Reabilitação Urbana é muito exigente.

Relativamente aos lotes da Câmara para habitação esclareceu que já solicitou uma informação com a identificação concreta de todos os lotes, sabendo desde logo que alguns estão prontos para serem colocados para autoconstrução, havendo outros que não estando ainda registados, poderão ser cedidos em direito de superfície. Sabe que esse documento está em fase de conclusão e muito em breve poderá trazer à reunião de Câmara, uma proposta com a identificação do conjunto de lotes em várias freguesias para avançarem.